

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.193.233 - MT
(2017/0273482-1)**

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
EMBARGANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
EMBARGADO : KELWYN FABRICIO DE LARA CARVALHO DANTAS
ADVOGADOS : MARCELO FELICIO GARCIA - MT007297
ANÍBAL FELÍCIO GARCIA NETO E OUTRO(S) - MT011443

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO contra decisão em que **conheci** do agravo **para negar provimento** ao recurso especial.

Em suas razões, o embargante sustenta a existência de **contradição** na decisão embargada, aduzindo, para tanto, erro material na referência ao *quantum* da pena do embargado, porquanto "*observa-se na parte final da decisão que há um equívoco referente a condenação do embargado, visto que consta como reprimenda final 05 (cinco) anos de reclusão e 500 dias-multa*" (e-STJ fl. 1.179), quando na verdade o embargado foi condenado à pena de 10 anos e 6 meses de reclusão e 1.050 dias-multa.

Requer, assim, sejam conhecidos e acolhidos os presentes embargos de declaração para que seja sanada a contradição apontada.

É o relatório.

Decido.

Os embargos declaratórios devem ser conhecidos, eis que preenchidos os requisitos legais.

Na hipótese, de fato, há erro material a ser sanado.

Sendo assim, a fim de corrigir o equívoco da decisão embargada, acolho o pleito relativo à correção de erro material, de forma que onde se lê: *No mais, mantido o quantum da pena em 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, prejudicadas estão a alteração do regime e a concessão da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos* (e-STJ fl. 1174), passe a constar o que segue:

No mais, mantido o *quantum* da pena em **10 anos e 6 meses de reclusão e 1.050 dias-multa**, prejudicadas estão a alteração do regime e a concessão da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **acolho os embargos de declaração** apenas para promover a correção do erro material acima mencionado, sem, contudo, alterar o resultado do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

